



Intervenção no encerramento do debate do Orçamento do Estado para 2018

Assembleia da República, 27 de novembro de 2017

Senhoras e senhores deputados,

Fez ontem dois anos que este Governo tomou posse. Ao longo deste período, viu duas propostas de Orçamento do Estado aprovadas pela maioria de quatro partidos que o apoiam nesta Assembleia.

O Governo cumpriu os Orçamentos com rigor, respeito e empenho. Hoje, o Governo volta a pedir a confiança dos partidos que o apoiam para aprovar a proposta de Orçamento para 2018. Fazemo-lo com sentido do dever cumprido, pelo que já fizemos nestes dois anos. Mas também com o sentido do dever do que ainda falta cumprir.

Este é o terceiro orçamento de uma maioria em quem, no início, poucos acreditavam. Algumas dúvidas eram compreensíveis: pela primeira vez em Portugal um governo era apoiado por uma maioria que reunia Partido Socialista, Bloco de Esquerda, Partido Comunista Português e Partido Ecologista 'Os Verdes'.

Por ser inédito, eram compreensíveis as dúvidas sobre a capacidade de estes partidos - que sobre algumas matérias pensam de forma diferente - conseguirem trabalhar em conjunto e produzir bons resultados.

Mas se uns tinham dúvidas, outros agitaram todos os fantasmas: instabilidade política, desvario orçamental, estagnação económica, fuga dos investidores, aumento do



desemprego, colapso das exportações, desequilíbrio da balança externa, quebra de compromissos internacionais, subida insustentável dos juros e explosão da dívida pública.

Dois anos depois esta maioria está aqui para provar que nada disso aconteceu. O país vive uma estabilidade política notável, sem que os partidos que compõem a maioria tenham de se anular, tenham de deixar de existir ou de afirmar as suas diferenças. O crescimento económico atinge os valores mais elevados deste século. A conjuntura económica internacional é boa mas o nosso país cresce acima dela. O investimento aumenta em todos os setores. As exportações preparam-se para ter em 2017 o seu melhor ano de sempre. O emprego aumenta de forma acelerada e o desemprego cai a um ritmo que ultrapassa as melhores previsões. O défice continua a descer para níveis nunca alcançados em democracia. A dívida pública começou a cair e os juros estão em mínimos históricos.

Notem bem: todas – repito, todas – as previsões da oposição falharam. A direita foi derrotada pela realidade e por uma governação rigorosa e cumpridora.

Uma governação que destruiu o mito de que para conseguir contas equilibradas era necessário sacrificar a economia, o emprego e o bem-estar dos portugueses. Provámos que afinal havia alternativa.

Senhoras e senhores deputados,

O terceiro Orçamento do Estado deste Governo e desta maioria é o espelho fiel dessa alternativa que temos vindo a construir, dia a dia, em conjunto. É um Orçamento que cumpre os compromissos com os portugueses, com os partidos que apoiam o Governo e



com as instituições europeias. É um orçamento de ambição e rigor, que corrige injustiças do passado, garante a trajetória presente e ajuda a preparar o futuro.

É um orçamento que eleva o mínimo de existência para que mais 210 mil portugueses que ganham pouco, muito pouco, possam ficar isentos de pagar IRS; que reduz os impostos sobre os rendimentos de quem trabalha para 1 milhão e 600 mil famílias da classe média e média-baixa que tinham sofrido um brutal e cego aumento de impostos em 2013; e que elimina a sobretaxa em sede de IRS para quem ainda a ela estava sujeito.

É um orçamento que aumenta as pensões acima da inflação a 2 milhões e 800 mil pensionistas e que permite que tantos outros, que começaram a trabalhar ainda crianças, se possam reformar aos 60 anos sem penalizações.

É um orçamento que aumenta o abono a 120 mil crianças e que dá suporte financeiro à Prestação Social Única, que beneficiará os nossos concidadãos com deficiência.

É um orçamento que prevê mais e melhores serviços públicos. Em 2018 teremos mais 25 Unidades de Saúde Familiar, mais 600 camas em unidades de cuidados continuados, mais 150 salas para o pré-escolar, mais 1500 assistentes operacionais nas nossas escolas e mais 3500 professores vinculados.

É um orçamento com o mais completo pacote de capitalização das nossas empresas, para que dependam menos do financiamento bancário e fiquem melhor preparadas para enfrentar aquele que é um dos seus maiores flagelos: o elevado endividamento. Mas é também o orçamento da ciência e da transferência do conhecimento produzido na academia para as nossas empresas e da aposta no emprego científico digno.



É o orçamento do aumento do investimento público, que crescerá em 2018 cerca de 40%, depois de estar a crescer a uma taxa de quase 30% este ano.

É o orçamento que dá a resposta mais determinada e completa ao drama dos incêndios que todos anos assolam o nosso país - e que este ano nos atingiram de forma brutal e implacável, levando a vida de mais de 100 pessoas, cuja memória continua connosco.

É o orçamento onde, a par disto tudo, o Governo se compromete a atingir novamente o défice mais baixo da nossa democracia e a reduzir novamente a dívida pública portuguesa.

Honrar compromissos. Corrigir as injustiças do passado. Respeitar os portugueses.

Investir no futuro. Estas são as marcas deste Orçamento do Estado.

Mas sabemos que nem todos nesta Assembleia o encaram desta forma. Passámos estas semanas do debate orçamental a ouvir a minoria parlamentar apelidar este orçamento de eleitoralista, de só alimentar as clientelas da maioria, as que vivem à sombra do Estado, aquelas que fazem greves; um orçamento que não faz reformas; um orçamento que ignora o futuro; um orçamento que não tem nada para as empresas.

Estas críticas são importantes, diria mesmo que são fundamentais. Elas ajudam a clarificar o que separa esta maioria e este Governo desta direita na oposição.

Entre 2011 e 2015, os portugueses viveram anos de perda de rendimento, de empregos e de direitos sociais e laborais; anos de projetos familiares e profissionais adiados, de absoluta incerteza e instabilidade, e de destruição da confiança na política e nas



instituições da nossa democracia. Foram anos em que os portugueses se sentiram desrespeitados na sua dignidade pessoal, social e nacional.

Só quem não percebeu o que aconteceu entre 2011 e 2015 é que não entende que era prioritário mostrar aos portugueses que não eram culpados, que não tinham vivido vidas excêntricas e que - ao contrário do que lhes foram dizendo durante esses quatro anos - era mesmo possível viver melhor em Portugal. A recuperação de direitos e de rendimentos era uma obrigação económica e social mas, acima de tudo, era uma obrigação moral. O povo português tinha o direito a viver melhor, a ter os seus contratos respeitados, a ganhar mais, a voltar a ter esperança e a confiar no futuro deste país.

É por isso que, quando aumentamos as pensões, nós não estamos a dar nada a ninguém. Estamos apenas a respeitar quem trabalhou uma vida inteira e merece uma reforma com dignidade. Este povo reformado que não faz greve, nem se manifesta, não é só de Lisboa. É de Vouzela, é de Santa Comba Dão, é de Pedrogão, é de Seia, é de Murça, é de Castelo de Paiva, é do norte e do sul, é do litoral e do interior. São homens e mulheres que vivem velhices duras, que partilham as despesas dos netos e dos filhos. São homens e mulheres que construíram o país que conhecemos. Nós não lhes estamos a dar nada. Estamos apenas a pagar uma dívida que temos para com eles.

Quando baixamos os impostos para os trabalhadores, do setor privado e público, que menos ganham em Portugal, não lhes estamos a dar nada. Estamos, simplesmente, a baixar os impostos para quem mais precisa. Não estamos a falar de clientelas organizadas. Estamos a falar de pessoas concretas do Minho, do Algarve, de Trás-os-Montes ou dos Açores, dos trabalhadores dos serviços, do turismo, da indústria de moldes, da



metalomecânica, dos sapateiros e das gaspeadeiras que fazem os melhores sapatos do mundo, dos trabalhadores que fazem as camisas e os fatos das melhores marcas do mundo ou dos trabalhadores que fazem o mobiliário que não se estraga ao fim de um ano. Estamos a falar de homens e mulheres, com família e com sonhos. Não lhes estamos a dar nada, estamos só a respeitar quem trabalha.

Quando pomos fim aos cortes salariais, quando descongelamos as carreiras dos funcionários públicos ou quando regularizamos a situação de dezenas de milhares de trabalhadores precários no Estado, não se esqueçam de quem estamos a falar. Falamos das mulheres e homens que nos recebem num centro de saúde ou num hospital, que ensinam os nossos filhos, que garantem a nossa segurança e que limpam as nossas cidades. São homens e mulheres com vidas como os outros, mas que, durante os últimos anos foram mal tratados, humilhados e desconsiderados. Mais uma vez, não lhes estamos a dar nada que não seja seu por direito, nem a fazer nenhum favor. Estamos apenas a cumprir a lei e os contratos que o Estado assinou com eles. E nenhum país merece respeito se não começa por cumprir os contratos dentro do próprio Estado.

Mas é também de respeito que se trata quando fazemos tudo isto ao mesmo tempo que reduzimos o défice e a dívida pública. Sabemos melhor do que ninguém que o nosso povo precisa de sentir que estas conquistas são seguras e sustentáveis. É, por isso, que temos orgulho em apresentar um orçamento com as contas certas, que nos vai permitir reduzir novamente o défice orçamental e a dívida pública – e fazemo-lo hoje com a credibilidade adicional conquistada com a execução dos anteriores orçamentos, com a saída do Procedimento por Défice Excessivo e com a melhoria do *rating* da República Portuguesa.



Foi mesmo possível conquistar, fazer isto tudo em apenas 2 anos.

Senhoras e senhores deputados,

Este orçamento tem sido criticado pela ausência de reformas. Reformas. Permitam-me um comentário: tenho estado atento ao debate interno no PSD e não consigo identificar as famigeradas reformas de que tanto falam. Não encontrei, aliás, mais do que vagas proclamações. E percebe-se porquê. O conceito de reforma para a direita é privatizar, liberalizar e desregular. Reforma que é que reforma tem de doer.

O que o PSD e a direita política em Portugal não entendem é que para nós reformas têm outro significado. Para nós as reformas são avanços, não são recuos. Não é privatizar, é investir; não é liberalizar, é proteger; não é desregular, é inovar. Para nós as reformas melhoram a vida das pessoas, não as prejudicam. Para nós reformar a Segurança Social não é cortar pensões, aumentar as contribuições dos trabalhadores ou privatizar parte do sistema público. Para nós reformar a Segurança Social, no atual contexto tecnológico, passa por pôr os rendimentos de capital também a financiar o sistema. É isso que fazemos neste orçamento com a consignação de dois pontos percentuais do IRC à Segurança Social. Que é que fez o PSD? Votou contra.

Reformar o Serviço Nacional de Saúde é garantir que todos os portugueses tenham médico de família, é continuar a alargar a rede de cuidados continuados, é construir novos hospitais – e é isso que estamos a fazer.



Reformar a educação é garantir que nenhuma criança no território português fica impedida de frequentar o pré-escolar por falta de oferta, é garantir a gratuitidade dos manuais escolares, é reduzir o número de alunos por turma – e é isso que estamos a fazer.

São os inúmeros avanços que esta maioria tem conseguido em todas estas áreas que têm contribuído para, progressivamente, concretizar uma importante reforma estrutural, tão silenciosa que não encontram nos relatórios internacionais sobre Portugal: uma reforma que, num dos países mais desiguais da Europa, permite distribuir a riqueza criada de forma mais justa e mais respeitadora de quem vive do seu trabalho.

Estas são as reformas que nós queremos e estamos a fazer e que nos permitem sonhar um país mais justo, livre e próspero no futuro. Nós não faremos as reformas que a direita gostaria que fizéssemos. Não porque esta solução de Governo não as permite - mas porque o Partido Socialista, pura e simplesmente, não concorda com elas.

Senhoras e senhores deputados,

Este orçamento foi acusado por alguns de gastar tudo no presente e de não acautelar o futuro do país.

A direita tem uma visão sacrificial do futuro: o futuro será melhor se congelarmos e esmagarmos o presente, mesmo que isso prolongue os nossos défices do passado.

Nós pensamos de forma diferente. O futuro será melhor se investirmos agora, porque o futuro constrói-se agora, constrói-se semeando hoje para colher amanhã. Para esta maioria, subir o salário mínimo, recuperar os mínimos sociais que protegem os mais



frágeis da pobreza - sim, é investir no futuro. Baixar o IRS para as famílias com baixos e médios rendimentos, aumentar o abono de família - sim, é investir no futuro. Recuperar os serviços públicos abandonados, apostar em infraestruturas essenciais para o desenvolvimento do país - sim, é investir no futuro.

Cumprir contratos com pensionistas e os trabalhadores do Estado - sim, é investir no futuro, porque ninguém acreditará nos contratos futuros com o Estado se este não for capaz de respeitar os contratos passados.

O debate sobre o futuro é também um debate muito importante sobre a criação de riqueza. E este é, permitam-me, o debate entre iludidos e realistas. É o debate entre quem continua iludido pelo poder criador da destruição e quem sabe como se organiza uma economia que inova e contribui para uma sociedade decente. É o debate entre uma política fiscal esbanjadora e ineficaz e uma política económica inteligente e rigorosa.

Ficou claro durante este debate orçamental que, se a direita estivesse no poder, continuaria a cometer os mesmos erros do passado. A direita continua a achar que uma economia pode crescer e um país desenvolver-se apertando o cinto às famílias e a despejar dinheiro para cima do número muito reduzido de empresas que paga IRC.

Na realidade, PSD e CDS nunca chegaram a perceber que as empresas não investem, nem contratam e muitas acabam até por encerrar, se não tiverem a quem vender. E agora na especialidade mostraram, não apenas quem são as suas clientelas, mas também que continuam sem perceber como funciona uma economia moderna (e não vale pena responderem com as exportações, porque não há economias fortes sem mercados internos fortes).



Enquanto PSD e CDS se propunham atirar para cima das empresas de forma cega e transversal 500 milhões de euros de dinheiro público, este Governo prefere aplicar esses recursos no financiamento de uma política pública de apoio às empresas que seja criteriosa, seletiva e inteligente. Neste Orçamento, temos o importante pacote sobre capitalização de empresas que a direita fez tudo para ignorar. Não precisamos de demagógicas transferências de recursos do Estado para as empresas; precisamos de apoios e incentivos que nos permitam ter empresas robustas, com capacidade de investimento e criação de emprego de qualidade.

As empresas não são todas iguais e não devem ter todas o mesmo incentivo. As empresas que devemos privilegiar são as que criam emprego estável, as que inovam, as que operam nos setores transacionáveis, as que se capitalizam. Uma política económica que prepara o futuro é uma política que investe nas qualificações, na ciência, na transferência de conhecimento para as empresas, no apoio a novos projetos empresariais, nos nossos recursos naturais, na modernização dos nossos setores tradicionais, nas exportações mas também na substituição de importações. E para isso são necessários recursos.

Este Governo não acredita no poder regenerador da destruição e não atira milhões para cima de algumas empresas só para dizer que tem medidas para elas. O que faz é trabalhar todos os dias com os nossos empresários para resolver problemas, e para capacitar, qualificar e modernizar as nossas empresas e a nossa economia.



Senhoras e senhores deputados,

Este Governo e esta maioria nasceram sob o signo da urgência. Há dois anos, era urgente cumprir a Constituição; aumentar o rendimento das famílias; recuperar o emprego; estancar a emigração em massa; aumentar o investimento; estabilizar o sistema financeiro.

Era sobretudo urgente mostrar que a página da nossa história recente que estes quatro partidos conseguiram virar era também uma viragem sustentável na governação, nas políticas, nas contas públicas e nos resultados da economia.

Hoje, podemos dizer que esta maioria mostrou ser de confiança e merecedora de credibilidade.

Porque é de credibilidade que temos também de falar. Este debate orçamental não mostrou apenas escolhas políticas diferentes; mostrou também que o PSD e o CDS escolheram não serem levados a sério. Ao contrário do que tinham feito em anos anteriores, desta vez apresentaram propostas que agravariam o défice num valor muito superior a mil milhões de euros. E ainda ouvimos alguns a pedirem, como que por magia, o défice zero. O debate entre iludidos e entre realistas também passa por aqui, e o PSD e o CDS perderam qualquer credibilidade para fazer alertas sobre as contas públicas. Se querem ser respeitados no poder têm de começar por ser respeitados na oposição.

O que une esta maioria, ao contrário do que os seus críticos costumam dizer, não é apenas impedir que a direita governe. Não. O que a une é muito mais forte e construtivo do que isso. É a certeza de, que ao contrário do que durante anos nos quiseram convencer, é



mesmo possível viver melhor em Portugal. É a convicção de que essa melhoria é inseparável de um aumento dos rendimentos das famílias, de maior justiça fiscal, de melhores serviços públicos universais, de melhores infraestruturas e de uma política económica inteligente. E é a evidência de que, para tudo isto, o país precisa de um governo competente, capaz de representar e respeitar os portugueses.

O Governo e a maioria que o apoia estão conscientes de que o país ainda tem muitos problemas de pobreza, de injustiça, de precariedade. A recuperação de rendimentos e de direitos era urgente e era uma obrigação moral, mas ainda há muito trabalho para fazer. Precisamos de investir mais nos nossos serviços públicos e infraestruturas. Precisamos de modernizar e de qualificar a nossa economia. Precisamos de preparar agora o país para os desafios das próximas décadas – e queremos fazê-lo com a mesma competência com que governamos o presente.

Mas, no momento em que este Parlamento se prepara para aprovar o terceiro Orçamento desta maioria, hoje já sabemos que era possível governar sem culpar os portugueses. Que era possível governar sem desrespeitar a Constituição. Que era possível governar sem dividir o nosso povo. Que era possível governar sem recorrer ao medo. O Povo recuperou a dignidade, o orgulho no seu país e a confiança numa vida melhor. A maior vitória do Partido Socialista, do Bloco de Esquerda, do Partido Comunista Português e do Partido Ecologista os Verdes foi provar que era mesmo possível viver melhor em Portugal.